

# ACADEMIA MILITAR



**GENERAL  
JOÃO CRISÓSTOMO DE ABREU E SOUSA**

**PATRONO DOS CURSOS DE ENTRADA NA ACADEMIA MILITAR  
ANO LECTIVO 2008/2009**



*[Faint handwritten text]*

**Trabalho Realizado pelo:**

***Tenente-Coronel de Engenharia, ALBANO MANUEL CLARO AZEVEDO DA SILVA***

**Academia Militar, Outubro de 2008**

**PATRONO DOS CURSOS DE ENTRADA  
NA ACADEMIA MILITAR**

**ANO LECTIVO 2008/2009**



**GENERAL  
JOÃO CRISÓSTOMO DE ABREU E SOUSA  
(1811 - 1895)**

**Agradecimentos:**

*Ao Major de Engenharia "CMD" Augusto José Pinto da Rocha Pinheiro, pela disponibilidade e prestimosa colaboração na recolha e compilação de elementos importantes que muito contribuíram para a concretização deste trabalho.*

*"Eis aqui, quasi cume da cabeça  
De Europa toda, e Reino Lusitano,  
onde a terra se acaba e o mar começa..."*

Camões, Os Lusíadas, Canto III

## PRÓLOGO

A escolha de João Crisóstomo de Abreu e Sousa, General de Divisão (1811-1895), para patrono dos Cursos de entrada na Academia Militar no ano lectivo de 2008/09, não é um mero acaso.

Dentro de um escol de grandes Chefes Militares que fizeram a história do Exército e de Portugal, este ilustre militar, modelar oficial é também inesquecível exemplo dos sacrifícios de que é capaz o amor à terra em que mergulham as raízes do nosso ser social.

Como soldado ou como cidadão, exemplaríssimo em todos os aspectos da sua existência será fonte de inspiração para o cadete da Academia Militar, futuro Oficial do Exército, inculcando-lhe a responsabilidade de se constituir como reserva dos valores e tradições da Nação.

## INTRODUÇÃO

De João Crisóstomo de Abreu e Sousa, procuraremos, citar os factos mais notáveis da sua brilhante carreira, que o ilustram como um chefe militar e cidadão de reconhecido prestígio.

Esta influente personagem, cumpriu com extrema dignidade e notável acerto as mais difíceis e complexas missões, quer combatendo na guerra, quer organizando, dirigindo e estimulando na paz.

Notabilizou-se pelos seus altos méritos, a sua verdadeira estatura moral, coragem e a aceitação de todas as responsabilidades, por mais pesadas e graves que elas fossem.

A sua carreira singular, sempre o exemplo da dedicação para tudo pronta, de quem tudo faz por espontânea determinação, revelou-nos uma figura que deixou obra como militar, engenheiro e ainda político.

Combatente da causa liberal, abandonou os estudos para servir contra as tropas absolutistas de D. Miguel, teria uma carreira ascensional brilhante que faz com que em 1885, nos apareça como general de divisão. Em 28 de Junho de 1880 faz publicar o regulamento que cria a Escola Regimental Prática de Engenharia.

Fora do âmbito restrito do Exército, João Crisóstomo, bem apelidado "o primeiro engenheiro do seu tempo", figura muito conceituada e conhecida, influenciou de forma determinante o ensino da engenharia civil, ocupando ainda diferenciados cargos na área das obras públicas.

Exemplo da abnegação capaz de todos os sacrifícios, do bom senso, da diligência clarividente e prática são o seu percurso na política. Foi deputado às Cortes, ministro das Obras Públicas, ministro da Guerra e após a queda do governo regenerador, (devido à situação difícil criada pelo Ultimato Inglês de 1890) chefiaria um efémero governo extra-partidário durante 462 dias.

## **Das Invasões francesas à queda da Monarquia**

João Crisóstomo de Abreu e Sousa viveu numa época de enormes contradições e incertezas, em uma sociedade que sofria enormes transformações e varrida por uma onda de mudança universal em todos os campos.

A infância de João Crisóstomo decorreu durante os tempos conturbados de conflito entre os novos ideais liberais e o absolutismo monárquico, quando o triunfo dos ideais da Revolução Francesa se expandiam por todo o continente europeu. João Crisóstomo nasceu quando os Franceses retiravam sem sucesso, após a 3ª invasão que não conseguiu ultrapassar as linhas defensivas de Torres Vedras, mas passados poucos anos, seria na Guerra interna entre Liberais e Absolutistas que iria iniciar a sua carreira militar, primeiro como soldado voluntário e depois como oficial ao lado da causa liberal.

Os prodigiosos efeitos da Revolução Francesa no estrangeiro foram evidentemente proporcionados, muito menos por novos métodos e ideias introduzidas pelos Franceses na condução da guerra, do que por alterações que ela introduziu na máquina do Estado e na administração civil, no carácter dos Governos, na condição do povo, etc. Abandonara-se, pelo menos, o individualismo na monarquia maquiavélica, reconhecendo-se a existência de uma comunidade humana, ou, pelo menos, europeia. Se se repartia o mundo entre os reis, havia contudo, gestos respeitosos para com a unidade humana e o serviço de Deus e do homem.

É a época em que, atacados pela Espanha, perdemos Olivença (1801).

Entretanto surgira sobre a Europa a sombra de Napoleão Bonaparte, que com uma série de vitórias fulminantes, torna-se de facto dominador de quase todas as nações europeias. A Inglaterra, defendida pelo mar, opõe-se-lhe. Napoleão intransigente, sob a recusa de Portugal de voltar costas á sua aliada, determina em final de 1807 a invasão do nosso país com um exército francês comandado por Junot. A invasão leva a família real portuguesa a partir para o Brasil. Tropas luso-inglesas vencem os franceses nas batalhas de Roliça e de Vimeiro. Uma segunda invasão, comandada por Soult (1809), fracassa também.

A terceira invasão, em 1810 comandada por Massena fracassa, dando-se a retirada nos primeiros meses de 1811. As ideias liberais - expressas na trilogia "liberdade, igualdade, fraternidade" favorecidas com o advento

dos soldados de Bonaparte, iam progredindo entre nós, preparando o terreno para implantar em Portugal um regime político semelhante àquele que saíra da Revolução Francesa (1789).

Em 24 de Agosto de 1820 dá-se a Revolução Liberal no Porto, com a finalidade de instituir uma monarquia constitucional e expulsar os ingleses que entretanto governavam o país. Elaborada a Constituição, com nítidas influências da constituição Francesa de 1791, é jurada por D.João VI que, entretanto, regressara do Brasil. Portugal tornava-se, assim, numa monarquia constitucional.

Em 1822, D.Pedro proclama a independência do Brasil. Num clima de anarquia político-militar, as revoltas "Vilafrancada" (1823) e "Abrilada" (1824), conduzem D.Miguel ao exílio.

Em 1825 morre D.João VI, mas D.Pedro IV optando por se manter no Brasil, abdica do trono português em favor de sua filha D.Maria da Glória. D.Miguel regressa a Lisboa em Fevereiro de 1828, jura fidelidade à Carta Constitucional e assina a regência.

Em 1831, D.Pedro, imperador do Brasil, parte para a Europa, disposto a defender a causa de sua filha, que quer fazer rainha de Portugal. Sucedem-se então vários combates entre absolutistas e liberais, que culminam com a rendição de D.Miguel assinada em Évora - Monte (1834). A 14 de Setembro de 1834, inicia-se o reinado de D.Maria II.

A política transformara-se na arte de servir paixões e interesses, não de promover o bem comum, revoltas e levantamentos, assolariam o País entre 1836 a 1847, verificando-se mais uma vez a intervenção de forças militares estrangeiras a orientarem a nossa vida política.

Depois da vitória liberal em 1834, João Crisóstomo fez a sua formação académica na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, com a qual se preparou para servir como Tenente de Artilharia e depois no Real Corpo de Engenheiros, num período de grande instabilidade na vida política nacional.

Mesmo após a vitória do Liberalismo em 1834, após a Guerra Civil entre Liberais e Absolutistas (1832/1834), a situação política manteve-se instável, registando-se vários golpes de estado e rebeliões como: A Revolução de Setembro em 1836 (revolução pacífica, que levou à designação de um novo governo e ao restabelecimento da Constituição de 1822), A Belenzada em 1836 (tentativa frustrada de golpe de Estado contra o setembrismo), A Revolta dos Marechais em 1837 (sublevação militar fracassada, de

inspiração cartista contra o setembrismo), A Conspiração dos Marnotas em 1837 (tentativa de recuperação absolutista), O Golpe de Estado de 1842 (em que o Cartismo obteve o poder), A Revolta da Maria da Fonte em 1846 (que pôs termo ao governo de Costa Cabral) e A Patuleia em 1847 (as intensas lutas travadas entre os Cartistas e os Setembristas).

Esta situação de grande instabilidade viria a terminar com o Golpe de Estado ocorrido em 1 de Maio de 1851 liderado pelo Marechal Saldanha, que depôs o governo de Costa Cabral e deu início a um período de acalmia interna e de estabilidade política que possibilitou um grande desenvolvimento económico e industrial, em que João Crisóstomo participou como militar e como governante.

No fim do ano de 1853 morre D.Maria II e D.Pedro V inicia o seu reinado em Setembro de 1855. À morte de D.Pedro V em 1861, sucede-lhe o seu irmão, D.Luís.

Portugal procura reabrir horizontes mais amplos, dignos da sua verdadeira grandeza e volta-se para as explorações em África, distinguindo-se Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.

Diplomaticamente é a época do "Mapa-cor-de-rosa". Nome que popularizou o plano português de unir as suas duas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique por meio de zonas de influência, na África Central, que Portugal podia reivindicar (e que foi reconhecido pela França e Alemanha). Deu origem ao Ultimato Inglês de 1890, já no reinado de D.Carlos (1889).

A propaganda republicana ia-se desenvolvendo e rebentou no Porto, em consequência, a revolução de 31 de Janeiro (1891), entretanto sufocada.

O estado de crise instala-se e culmina no Regicídio a 1 de Fevereiro de 1908 e consequente proclamação da República a 5 de Outubro de 1910.

## O Militar . O Engenheiro . O Estadista

João Crisóstomo de Abreu e Sousa, nasceu em Lisboa a 27 de Janeiro de 1811. A sua vinda ao mundo ficou desde logo envolta em mistério. Baptizado a 4 de Fevereiro do mesmo ano, na igreja da Nossa Senhora da Encarnação, como filho de pais incógnitos, só em 1824 - volvidos 13 anos - se encontrou testemunho da sua filiação.

A abertura de novo do Assento de Baptismo, no fim da última página do Livro de Baptismos da Freguesia da N.ª S.ª da Encarnação, deram a conhecer que o então menino, levado à Igreja em Fevereiro pela comadre Maria Joaquina, era filho natural de João José de Sousa, Capitão Mandante do Distrito da Serra de Rio Maior e de D.ª Inácia Lima de Abreu.

O general João Crisóstomo de Abreu e Sousa, vulgarmente conhecido por João Crisóstomo, ficou para sempre identificado nesta simplicidade, não por se ter tornado um oficial popular por actos heróicos ou gesta militar ao serviço do exército, mas certamente pelos relevantes serviços que prestou ao país. Oficial de carreira, tornou-se figura eminente da nossa História Contemporânea, fundamentalmente como engenheiro, militar e estadista.

A sua instrução preparatória foi-lhe ministrada no antigo colégio de Santo Agostinho, onde passou o *"verdor dos annos, tendo dado sempre mostras de assiduidade, bastante progresso e boa morigeração de costumes"* <sup>1</sup>



Figura 1- Colégio de Santo Agostinho

<sup>1</sup> Assim certifica um documento assinado por Thiago José tirolet e outros em 14 de Setembro de 1824.

Concluídos os preparatórios, foi-se matricular, em 1825, na "aula de commercio d'esse tempo", então com 14 anos, tendo completado o respectivo curso com aprovação plena, em exame público, com a passagem de um diploma <sup>2</sup> habilitando-o a ser provido em qualquer emprego público ou privado.

Não ficando porém satisfeitas as suas aspirações, em Outubro de 1827, vai-se matricular no curso de matemáticas da Academia Real de Marinha, sendo aprovado nos dois anos do referido curso, com destino para engenharia.

Mas a sede de se instruir não se acalmava, nem lhe permitia distrações nem repouso, e assim em 1830, iniciou os Estudos do Curso Militar da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, tendo completado o 3.º ano lectivo desta Academia, em Junho de 1833. Nos primeiros dias do mês de Agosto do mesmo ano, alistou-se como voluntário no 7.º Batalhão Nacional de Lisboa, depois designado Corpo de Infantaria do Comércio, em defesa da causa liberal.

Manteve-se como soldado até 23 de Agosto, altura em que passou a integrar como oficial os trabalhos das linhas de defesa de Lisboa.

João Crisóstomo tomou parte na campanha contra as tropas absolutistas de D. Miguel, que culminou com a rendição deste assinada em Évora - Monte em 1834, pondo fim à guerra civil. Serviria como engenheiro sob as ordens do Coronel Silva e Costa, na fortificação das linhas de defesa de Lisboa.

Em 26 de Março de 1834, foi promovido a 2.º Tenente do Estado Maior de Artilharia e, em 24 de Julho do mesmo ano, foi colocado no 2.º Regimento da mesma arma, situado em Leiria, para onde foi deslocado. Aqui permaneceu até ao fim da campanha militar, após a qual foi encarregue, na qualidade de oficial de artilharia, do "desartilhamento" de algumas praças de guerra, nomeadamente as de Elvas e Peniche.

Retomou, em 1835, os estudos na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, tendo concluído com muita distinção, a 3 de Agosto de 1836, o curso com destino ao Real Corpo de Engenheiros.

A 27 de Abril de 1837 é requisitado pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, para servir às ordens do Brigadeiro António José da Silva Paulet, na comissão de Melhoramento de Comunicações Internas. Deslocou-se para a cidade do Porto, onde residiu, na Rua da Cedofeita.

---

<sup>2</sup> Diploma mandado passar pela Infanta Regente, D. Isabel Maria, e escrito por ordem do ministro José Accurcio das Neves, com a data de 14 de Agosto de 1827.

Logo no início destas suas funções civis, João Crisóstomo revelou-se um engenheiro distinto. As questões mais transcendentais da sua arte mereciam-lhe cuidado especial, apreciava-as e discutia-as com rara habilidade, e por todos era notada a sua elevação profissional e a prudente sagacidade do seu engenho.

A promoção a Tenente, ocorre em 5 de Setembro de 1837, ano em que transitaria do quadro da Arma de Artilharia para a Engenharia Militar. Casou por procuração, a 11 de Junho do ano seguinte, com D.<sup>a</sup> Casemira Luísa da Rocha Ferreira, de 23 anos de idade, tendo tido três filhos.

Ao longo da sua carreira militar desempenharia importantes comissões como engenheiro militar.

Assim e até 30 de Março de 1840, manteve-se em comissão de serviço na inspecção das obras públicas, data em que abandonou estas funções por ter sido nomeado director das obras públicas dos distritos do Porto, Braga e Viana.

Em 20 de Abril de 1845 deixou esta comissão, para ir exercer a de engenheiro ordinário de 2.<sup>a</sup> classe da Companhia das Obras Públicas de Portugal. Entre os serviços que a companhia o incumbiu destaca-se o estudo das estradas, canais e caminhos de ferro que se faziam em países como a Inglaterra, França e Bélgica, aos quais se deslocou, tendo ainda sido encarregue dos estudos relativos à Carta Topográfica do Reino a 20 de Junho de 1846.

Encontrava-se em comissão de serviço na Companhia das Obras Públicas de Portugal, quando foi nomeado, em 20 de Fevereiro de 1847, para ir servir na divisão que operava no Alentejo, contra as forças da Junta do Porto. Pediu no mesmo dia a demissão<sup>3</sup> do posto de tenente do Corpo de Engenheiros, por não poder declinar do serviço para que fora nomeado, uma vez que as suas convicções políticas estavam em desarmonia com os deveres que o serviço lhe exigia. Demitido, por assim o requerer, por decreto de 27 de Fevereiro de 1847, uniu-se às tropas da Junta do Porto e apresentou-se em Setúbal ao marquês de Sá da Bandeira, que o nomeou seu secretário militar. No fim desta campanha foi feito prisioneiro e mandado para bordo da nau Trafalgar.

---

<sup>3</sup> Este facto de ter pedido a demissão, em presença de um resultado político, revela claramente, a hombridade e rigidez do seu carácter e os seus nobres sentimentos de brio e pudor, abandonando, por iniciativa própria, as vantagens, que devia oferecer-lhe a carreira militar na Arma de Engenharia.

Por decreto de 3 de Agosto de 1849, foi reintegrado<sup>4</sup> no posto de tenente, ficando a pertencer à 3.<sup>a</sup> secção do exército, após o indulto dado pela Rainha, em 28 de Abril de 1847.

Até 2 de Junho de 1851, momento em que regressou ao quadro do Corpo de Engenheiros como Capitão graduado, esteve a desempenhar funções de direcção das obras do canal da Azambuja<sup>5</sup>, nomeado por influência do marquês de Sá da Bandeira.

Passados seis meses, em 02 de Dezembro do mesmo ano, foi promovido a Capitão efectivo.

Com o advento da Regeneração e a criação do Ministério das Obras Públicas, abriram-se perspectivas completamente novas a João Crisóstomo.

Após o Golpe de Estado liderado pelo Marechal Duque de Saldanha em 1851, Portugal vai viver um período de estabilidade política que criou as condições para o desenvolvimento económico, através de uma política de fomento industrial e comercial, a par da construção de inúmeras obras públicas em especial no sector dos transportes.

Este período da Regeneração, de 1851 até à década de 1870, foi muito marcado pela acção política de Fontes Pereira de Melo e pela dinâmica do Engenheiro João Crisóstomo de Abreu e Sousa.

Desde 14 de Outubro de 1852, altura em que entra para o serviço do Ministério das Obras Públicas, até à sua primeira eleição como deputado em 1861, foram vastos e importantes os serviços que prestou como engenheiro, como foram salientados no "*Elogio Histórico*"<sup>6</sup> lido na sessão solene de 21 de Dezembro de 1895, no qual se encontra escrito: "*...tratou proficientemente questões: de caminhos de ferro, pontes metallicas e ordinárias, portos de mar, rios, canaes, estradas, monumentos públicos, exploração de aguas subterrâneas; enfim, tudo quanto entra nas dependências do vasto campo da engenharia civil.*" Referindo ainda que "*Nenhum assumpto era estranho ao seu saber, para todos tinha competência*

<sup>4</sup> Sem direito a promoção, nem vencimento, durante o tempo em que esteve fora do serviço.

<sup>5</sup> As obras do canal da Azambuja eram as únicas daquele género que então havia, e por isso muito visitadas pelos alunos de várias escolas. Este canal tinha, na altura, três finalidades a desempenhar: o melhoramento da navegação; o enxugo e desalagamento dos campos adjacentes; e a irrigação dos mesmos.

<sup>6</sup> Elogio histórico do Conselheiro d'Estado João Chrysostomo de Abreu e Sousa... [Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida d'Eça] — Lisboa: Imprensa Nacional: 1896 — Extraído da Revista de obras publicas e minas, n.º 313-315.

*mui distincta, todos lhe mereciam particular e esmerada atenção; e em todas as questões submettidas ao seu parecer deduzia os seus argumentos, fazendo as necessárias comparações com os congéneres de outras nações, expondo as opiniões dos engenheiros estrangeiros mais abalisados, e interpondo depois o seu parecer com a admirável lucidez do seu espírito e com a inimitável critica da sua lógica."*

Durante este período, foi nomeado membro do Conselho D'Obras Públicas e Minas, futura Junta de Obras Públicas e em Agosto de 1853, fiscal por parte do governo na construção do caminho de ferro de Lisboa por Santarém em direcção à fronteira de Espanha, passando porém, por decreto de 5 de Janeiro de 1854, a exercer o cargo de director da Companhia Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal, tendo feito um estudo notável de reconhecimento do terreno entre o Sado e o Tejo, a fim de determinar a melhor directriz para a linha férrea de Vendas Novas a Setúbal. Elaborou ainda um importantíssimo estudo sobre os princípios a ter em consideração nas concessões de caminhos de ferro, mostrando quanto interesse deveria merecer por parte do estado concessões desta ordem, propondo, em subordinação a estes princípios, modificações profundas nos estatutos apresentados pelos concessionários do caminho de ferro de Lisboa a Santarém.

Em 6 de Maio de 1856, foi incumbido de ir estudar em Inglaterra, França e Bélgica as obras mais importantes que ali se executavam no âmbito do aperfeiçoamento das vias de comunicação e dos diversos sistemas de exploração e administração dos caminhos de ferro. Conhecedor profundo deste meio de comunicação, foi várias vezes nomeado Director Geral de várias linhas férreas, e membro de diversas comissões de inquérito à Real Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, formada em 1860, após a inauguração da rede de caminho de ferro, que começou a funcionar em 1856 apenas no troço entre Lisboa e o Carregado.

Por portaria de 12 de Julho de 1859 foi nomeado inspector dos trabalhos de estradas nos distritos do Porto, Braga, Viana, Vila Real e Bragança, funções que desempenhou com integridade, capacidade organizadora, empenhamento e inteligência, demonstrando sempre profundo conhecimento e grande competência técnica na resolução dos variadíssimos problemas que frequentemente surgiam. Este notável desempenho possibilitou, em Agosto do mesmo ano, a sua transferência para as mesmas funções nos distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda, contribuindo desta forma para uma melhoria significativa da rede de estradas.

Neste período, João Crisóstomo foi ainda, inspector das obras públicas dos distritos do Porto, Braga e Viseu, e além da sua participação como fiscal por parte do governo, na construção do caminho de ferro de Lisboa á fronteira (linha do Leste até Badajoz), num período em que se desenvolvia a rede de caminhos de ferro, participou ainda na construção da linha do Norte (Lisboa-V. Nova de Gaia), entre 1859 e 1866, após se ultrapassar as dificuldades de financiamento dos Ingleses, que temiam que a ligação ferroviária entre Portugal e o resto da Europa, pusesse em causa as ligações marítimas.

Mais tarde e por decreto de 20 de Agosto de 1860, viria a ser nomeado Director Geral das Obras Públicas, no impedimento do Director Geral visconde da Luz, até ao final do mesmo ano.

Iniciaria então, a sua carreira como político com a sua eleição para a Câmara de Deputados em 1861, ainda Capitão, onde se manteve até 1864, no cumprimento da legislatura.

A promoção a Major em 2 de Novembro de 1864 coincide com o ano da sua nomeação para Ministro das Obras Públicas (no 25.º Governo Constitucional)<sup>7</sup>, fazendo parte integrante do elenco do Duque de Loulé, cargo que desempenharia também em 1865 e que acumularia com a pasta da Marinha e Ultramar.

Neste período de grande desenvolvimento das obras públicas, e em que João Crisóstomo teve uma enorme intervenção, tendo sido responsável pela concessão dos caminhos de ferro do Barreiro a Vendas Novas, prolongamento da linha de Beja até à fronteira e ao litoral do Algarve e ainda pela elaboração, aprovação e implementação de diversos regulamentos, normas e regras relativas á fiscalização das despesas públicas e administração de obras, elaboração de projectos, conservação e construção das estradas distritais e municipais<sup>8</sup>, orçamentos, instruções para instauração de processos de averiguação de factos criminosos, entre muitos outros, que justificaram plenamente a sua condição de sócio fundador da Associação dos Engenheiros Cívis Portugueses<sup>9</sup>, criada em 1869, tendo sido o seu primeiro director e presidente honorário.

<sup>7</sup> <http://www.parlamento.pt/visitavirtual/paginas/biogjoacrisostomo.aspx>

<sup>8</sup> O decreto de 31 de Dezembro de 1864 sobre a construção, conservação e política das entradas e abertura de ruas, foi um trabalho monumental de João Crisóstomo, composto por 62 artigos.

<sup>9</sup> Os estatutos foram aprovados em Janeiro de 1869.

Teria então uma acção preponderante na reforma do ensino da Engenharia Civil e na clarificação das vertentes norteadoras que estão na separação da engenharia civil da militar.

Foram publicados vários escritos, nesta época, nos quais os engenheiros civis deram provas da sua vitalidade, apreciando as circunstâncias dos serviços do ministério das obras públicas, e onde João Crisóstomo desempenhou o lugar de honra, em que todos os títulos lhe pertenciam, sendo o primeiro a falar e a escrever.

A acção de João Crisóstomo como militar e engenheiro, enquadrou-se naturalmente na política do "Fontismo" apostada na criação de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do mercado interno (estradas, caminhos de ferro e transportes) ligando o campo às cidades, com melhores condições de circulação de mercadorias, criando as condições básicas para o desenvolvimento. O incremento dos transportes e dos meios de comunicação (o telégrafo em 1857 e o telefone em 1882) a par da construção de Pontes e Portos contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do mercado externo.

Durante este período da Regeneração, com o desenvolvimento industrial alterou-se significativamente o quadro social e o nível de instrução. A classe operária fixada nos centros urbanos torna-se cada vez mais numerosa e reivindicativa e perante a crise de 1890/91 cresceu a contestação à monarquia, liderada pelo Partido Republicano, criado em 1878.

Seria promovido a Tenente-Coronel em 27 de Fevereiro de 1866, e declarado supranumerário e em comissão estranha ao Exército<sup>10</sup>, de acordo com a organização da arma de engenharia de 13 de Dezembro de 1869, tendo sido promovido a Coronel em 8 de Novembro de 1871.

Em 31 de Junho de 1873, passou à classe de Oficiais em comissão, ascendendo ao posto de General de Brigada por decreto de 1 de Março de 1876, sendo posteriormente nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra em 1 de Junho de 1879, a convite de Anselmo Braancamp.

Como ministro da guerra, prestou particular atenção à instrução dos soldados e à formação dos oficiais, tendo ainda regulamentado o serviço dos reconhecimentos militares. Já em 1863 tinha feito parte da comissão encarregada da reorganização do Colégio Militar e Escola do Exército, servindo de base, para os respectivos estudos, o projecto por ele anteriormente elaborado, com enorme dedicação e competência.

---

<sup>10</sup> Por decreto de 5 de Janeiro de 1870.

A 28 de Junho de 1880 <sup>11</sup>, João Crisóstomo, aprova o Regulamento para a Escola Regimental Prática de Engenharia em Tancos.

No fim de Novembro de 1880, deixou de ser Ministro da Guerra e, em Janeiro do ano seguinte, foi nomeado par do reino.

Tem uma carreira ascensional brilhante que culmina em 15 de Julho de 1885 com a promoção a General de Divisão.

No ano seguinte e por decreto de 2 de Outubro de 1886 foi nomeado Conselheiro de Estado efectivo e, por igual diploma com data de 26 de Dezembro de 1889, presidente da Câmara dos Dignos Pares, tendo ainda neste período sido presidente do jurí dos exames de habilitação dos alunos de engenharia civil da Escola do Exército, e em 30 de Julho de 1892 é louvado pelo excelente desempenho como presidente da comissão <sup>12</sup> incumbida de examinar as reclamações do concessionário das obras do porto de Lisboa.

O "ultimato" inglês de 11 de Janeiro de 1890, exigindo a retirada de todas as forças portuguesas da região designada por Mapa Cor-de-Rosa, provocaria grande instabilidade na governação.

Após a assinatura do Tratado de Londres em 20 de Agosto de 1890, caíria o governo de Serpa. A Liga Liberal pressionara o governo no sentido da defesa dos legítimos interesses de Portugal e em 31 de Janeiro de 1891, no Porto, teve lugar sem sucesso, a primeira revolta contra a Monarquia.

O modelo fontista era verdadeiramente liberal, aberto ao exterior, mas encontrou a grande dificuldade, de aplicar o modelo liberal a um pequeno país, que não conseguiu vencer os limites impostos pela economia internacional. A crise comercial e financeira registada em Portugal entre 1880 e 1890 e que originou a bancarrota em 1892, acabou depois por mobilizar o Governo para o desenvolvimento de uma política mais proteccionista e uma maior aposta na industria, para compensar o fracasso do livre cambismo.

---

<sup>11</sup> Portaria de 28 de Junho de 1880, publicada na Ordem do Exército n.º 12, de 30 de Junho de 1880, criadora da actual Escola Prática de Engenharia, que estipulou como sua primordial finalidade a "docente instrução técnica, complementar e tática do pessoal de Engenharia Militar".

<sup>12</sup> Saliento que os trabalhos mais delicados, e as questões mais melindrosas e complexas encontravam sempre nele, um apreciador inteligentíssimo, imparcial e recto. E era por estes raros predicados da sua distinta e excepcional individualidade, que todos os ministros, fosse qual fosse a feição política, lhe cometiam estas difíceis e importantes tarefas.

Neste período de crise política e económica, depois da recusa do regenerador Martens Ferrão, então embaixador de Roma, e de vários outros estadistas convidados por El-Rei terem recusado formar governo, dada a profunda agitação então existente, a solução acabou por ser o recurso ao octogenário João Crisóstomo de Abreu e Sousa que, de 14 de Outubro de 1890 a 17 de Janeiro de 1892 formaria e chefiaria um governo extra-partidário<sup>13</sup>, acumulando a pasta da guerra e apoiado pela Liga Liberal, reunindo nomes ilustres como António Cândido, no reino, António Enes, na marinha e ultramar, Tomás Ribeiro nas obras públicas e Barbosa du Bocage, nos estrangeiros. Pelos prestigiosos nomes que se mobilizam, trata-se de um dos gabinetes do liberalismo monárquico com mais qualidade.

Neste curto período em que foi chefe do governo e pela segunda vez, ministro da guerra, aprovou e implementou diversos diplomas e acções, das quais salientaria, as modificações na organização da casa militar de El-Rei, a aprovação do novo regulamento para promoção aos postos inferiores do exército, alteração das competências dos tribunais instituídos pelo código de justiça militar, e muitos outros decretos e portarias de administração e regulamentação dos serviços dependentes do ministério da guerra. Por portaria de 27 de Dezembro de 1890 encarregou ainda o capitão de cavalaria Cristóvão Ayres de escrever a história orgânica e política do Exército Português.

No entanto e contra a pretensão de João Crisóstomo que pretendia um governo de apaziguamento e concórdia, a 25 de Maio de 1891, surgia uma primeira remodelação governamental, com uma alteração completa do gabinete.

Neste novo período ministerial, continua com a presidência do conselho de ministros e com a pasta da guerra, tendo nesta qualidade sido responsável: pela aprovação do regulamento dos exames especiais de habilitação da Escola do Exército, com destino às diversas carreiras do serviço militar e da engenharia civil<sup>14</sup>; pela regulação do serviço

---

<sup>13</sup> A aceitação de tão difícil encargo, só foi possível, após as reflexões do monarca (então gravemente doente) que encontraram eco no coração de João Crisóstomo, apelando ao seu patriotismo sincero, veneração e respeito pela dignidade nacional.

<sup>14</sup> Este regulamento foi elaborado com todo o detalhe, tratando especialmente: dos júris para os exames, das provas dos diversos cursos e da forma de avaliação.

da carreira de tiro da guarnição de Lisboa <sup>15</sup>; pela regulação da concessão de licenças aos oficiais, entre muitos outros diplomas de assuntos de administração. Estabeleceu ainda, por decreto de 30 de Dezembro de 1891, as bases para a reorganização da Escola do Exército, onde pela qualidade do relatório apresentado, revelou um grande estudo e profundo conhecimento da instrução e formação militar. Um outro trabalho muito completo e importantíssimo do distinto general foi o regulamento para a organização da reserva do exército activo, aprovado a 31 de Dezembro de 1891 e cujos seus cento e trinta e cinco artigos tratavam da organização das reservas, matrícula dos reservistas, obrigações das praças da primeira e segunda reservas, dos depósitos de fardamento, equipamento e armamento para as reservas, das disposições penais, enfim de todos os assuntos compreendidos neste importante ramo dos serviços do ministério da guerra.

Emergem então uma série de escândalos financeiros, que conjugados com a impossibilidade de concretizar um grande empréstimo externo, precipitam a queda do gabinete de João Crisóstomo, que duraria 462 dias.

Durante este período e para além da sua acção como governante foi ainda no final da sua carreira, par do Reino, membro efectivo do Conselho de Estado, presidente da comissão superior de guerra e vogal efectivo da Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas, tendo ainda sido agraciado com as honras de ajudante de campo de Sua Magestade El-Rei (por decreto de 22 de Maio de 1890).

Possuía várias condecorações nacionais e estrangeiras tendo sido agraciado com os graus de Grã-Cruz, das Ordens Militares da Torre e Espada, de S. Bento de Avis, da Águia Vermelha da Prússia e do Mérito Militar de Espanha, da Ordem Militar de Cristo e de Comendador da Ordem Militar de Cristo, tendo sido ainda condecorado com a Medalha das Campanhas da Liberdade (por dois anos de campanha).

Faleceu na sua casa, na rua de São João Bernardo, 92, na mesma cidade que o viu nascer, a 7 de Janeiro de 1895, quando lhe faltavam apenas 20 dias para completar 84 anos de idade.

---

<sup>15</sup> Que tinha que ter um serviço permanente, devido não só ao grande número de praças a instruir, como também ao desenvolvimento do exercício do tiro na classe civil, numa cidade tão populosa como Lisboa.

Assim culminaria a vida de um homem extraordinário, ilustre pelo seu talento, digno pelo seu carácter, e benemérito pelos largos serviços que prestou ao seu país. Como militar foi sempre respeitador e disciplinador, como engenheiro o mais esclarecido e notável do seu tempo, pela sua levantada e excepcional inteligência, e pelo seu infatigável trabalho, como estadista, um raro exemplo de tudo o que há de mais nobre, de mais correcto e de mais dedicado pela Pátria.

Talento privilegiado, mas ao mesmo tempo modelo de abnegação e de modéstia. Era um investigador incansável de todos os progressos da ciência, e nenhum trabalho por mais transcendente, intimidava as suas excepcionais faculdades apreciativas, e no remanso do seu gabinete estudava sempre, estudou até á morte, as difíceis e complicadas questões que eram submetidas ao seu recto critério, para as resolver, como resolvia, consoante os melhores princípios.

Era notável pela sua firmeza de carácter e inflexível energia, e as suas convicções eram por isso inabaláveis. Porém a sua reconhecida superioridade, nunca impediu que fosse sempre franco e generoso, amigo e camarada como poucos.

Da sua morte salientaria a parte final do eloquente discurso pronunciado pelo parlamentar Conselheiro António Cândido Ribeiro da Costa: *"Descansa em paz, grande e querido amigo. Ha de ser-te leve a terra da pátria, a que tanto quizeste. O partido a que legaste o braço da tua nobreza, recebe commovido a tua preciosa herança. A nação toda, que tanto te considerou em vida, pranteia sentidamente a tua morte, e deposita, no seu melhor thesouro, a tua inescurecível memoria. De ti póde dizer-se que foi bemdita a hora em que nasceste, e será de perpetuo luto a hora em que acabaste."*

Mais tarde, a cidade de Lisboa perpetuaria o seu nome, atribuindo-o a uma das suas Avenidas <sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Avenida João Crisóstomo, Toponímica da Câmara Municipal de Lisboa.

De todos os registos lidos sobre o General João Crisóstomo, apenas encontrei um que tão bem retrata a sua fisionomia e alguns traços da sua forte e modesta personalidade, então descrita por seu filho, João Augusto:

*" De mediana estatura, mas bem talhada; a cabeça erecta, e tendo o quer que fosse de escultural (veneranda lhe chamaram nos últimos tempos); a fronte espaçosa e emoldurada por madeixas de cabelo castanho, formando no alto uma grande polpa; e que tanto realce lhe dava, que até chegou a ser objecto de crítica partidária..., chamando-lhe o humorista Sampaio, mestre do João topete. Os olhos pequenos e cor de castanha, o seu olhar vivo e penetrante; firme, mas sempre dulcificado por um ligeiro sorriso de infinita bondade. As faces lisas, alva a tez, e o nariz saliente e aquilino; a boca rasgada e os lábios acarminados e finos; bigode curto e encrespado, e uma comprida mosca que se lhe estendia até ao queixo, um pouco recurvada. O pescoço curto e as sobranceiras muito espessas; o peito assaz largo e arqueado; um pé extremamente pequeno e bem feito; a mão aristocraticamente fina e bem contornada. Tinha a vista um pouco curta e por isso usava luneta ou óculos, segundo os casos. Nunca o vi nessas ruas de Lisboa senão de chapéu alto e sobrecasaca, num porte invariavelmente austero e irrepreensível; e assim as percorria com o seu passo curto e atrigado, tendo a mão esquerda sempre enluvada e suspensa ao cordão da luneta, e a direita apoiada numa ligeira bengala; os olhos sempre fitos no chão, como quem pensa e cogita a cada passo que dá na vida.*

*Aquela cabeça nunca pendeu, e aquela espinha nunca se curvou, a despeito do travo amaríssimo dos desgostos, e dos rijos vendavais que lhe açoitaram a existência. Era assim meu pai."*<sup>17</sup>



<sup>17</sup> João Augusto de Abreu e Sousa, Notas Bibliográficas do General João Crisóstomo de Abreu e Sousa (Primeira parte - 1811 a 1864), Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1898, p.16.

## A Escola Regimental Prática de Engenharia

Após os exercícios realizados em 1866 e 1867, em que foram efectuadas manobras de todas as armas e serviços e que levaram à aquisição dos terrenos da charneca de Tancos e a instituir o campo de instrução e manobra permanente em 1874, apenas marchou para Tancos o Batalhão de Engenharia, única unidade de Engenharia <sup>18</sup> então existente. Tal deveu-se à "extraordinária estiagem" que afectou o país.

Assim, por portaria de 28 de Agosto <sup>19</sup> foi determinado que "toda a força do batalhão de engenharia que possa ser dispensada, sem prejuízo dos trabalhos da fortificação de Lisboa e do seu porto, se reúna no acampamento de Tancos, a fim de ali se exercitar nos serviços próprios da sua arma, como oportunamente for regulado;"

"Em Setembro de 1874, sendo ministro da guerra o ilustre general António Maria de Fontes Pereira de Melo (...) foi mandado para trabalhos práticos para o campo de instrução e manobras, estabelecido por aquele distinto estadista, na charneca de Tancos em 1866, o batalhão de engenharia", escreveria o Coronel Duval Telles em 1903 <sup>20</sup>.

Seria o início da instrução das tropas de engenharia nos tempos modernos.

Os exercícios de 1874 constituíram um marco indelével na história da instrução das tropas de engenharia e ponto de não retorno para a criação da Escola. E esse "marco" é consolidado pelo Ministro da Guerra, General João Crisóstomo de Abreu e Sousa quando por portaria de 28 de Junho de 1880 <sup>21</sup> manda iniciar a construção do parque de engenharia para a Escola, criando uma nova unidade de que é o principal impulsionador.

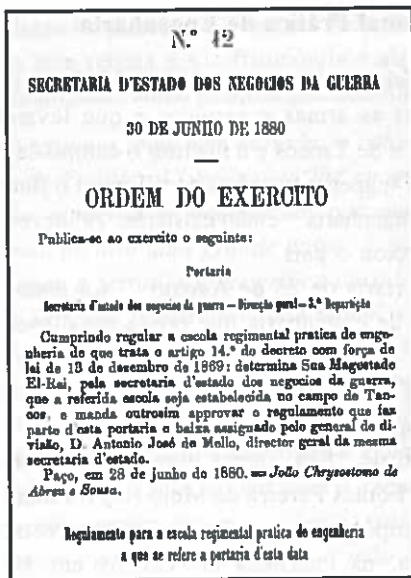
---

<sup>18</sup> Única unidade de Engenharia então existente. Sucessora do Batalhão de Artífices e Engenheiros, criado em 1812, que em 1874 estava aquartelada em Lisboa, no Quartel da Cruz dos Quatro Caminhos (Sapadores).

<sup>19</sup> Portaria de 28 de Agosto de 1874, publicada em Ordem do Exército n.º 23, de 29 de Agosto.

<sup>20</sup> Telles, Duval, Coronel de Engenharia, in "A Escola Prática de Engenharia", Portugal Militar n.º 8, Agosto de 1903.

<sup>21</sup> Portaria de 28 de Junho de 1880, publicada na Ordem do Exército n.º 12, de 30 de Junho de 1880.



Ao Polígono ou Escola Regimental Prática foi dada a missão de <sup>22</sup> "ministrar aos officiaes e mais praças da dita arma [de Engenharia] instrução prática, dando aos primeiros os meios de applicar e completar a instrução theorica recebida nas escolas superiores", instrução prática que abrangeria, além do tiro com armas portáteis e dos exercícos de batalhão e de companhia de guerra, o seguinte:

- 1.º Fortificação passageira nas suas diferentes variedades, sapas, baterias, abrigos, paioes, revestimentos, defezas accessórias, idéa do ataque e defeza das obras de fortificação passageira;
- 2.º Trabalhos topographicos, reconhecimentos militares e castrametação;
- 3.º Estradas, caminhos de ferro, telegraphos e minas militares;
- 4.º Pontes militares, especialmente as de occasião".

Estamos em 1880 e a Escola Prática de Engenharia dá os seus primeiros passos.

<sup>22</sup> Almeida, João Sequeira de, Apontamentos sobre a história da Escola Prática de Engenharia - II, revista "O Almouro".

## Conclusões

Em "A arte da guerra" de Sun Tzu, tratado militar escrito há mais de dois mil anos, podemos retirar:

[...] Se for sabedor, um comandante é capaz de reconhecer a alteração das circunstâncias e, com rapidez, reagir-lhes. Se for sincero, os seus homens acreditarão nas suas recompensas e castigos. Se for humano, amará a humanidade, simpatizará com os outros e saberá apreciar-lhes o engenho e o esforço. Se for corajoso, alcançará a vitória agarrando-se às oportunidades sem hesitação. Se for exigente, as suas tropas serão disciplinadas, respeitando-o e temendo-lhe as punições.

[...] Se os oficiais não estiverem rigorosamente preparados, preocupar-se-ão e hesitarão no campo de batalha; se os generais não o estiverem também, encolher-se-ão interiormente frente ao inimigo.

Temos que apreciar a influência decisiva, que figuras como o General João Crisóstomo de Abreu e Sousa exercem na formação de um cadete.

As qualidades morais, emocionais e intelectuais e as virtudes destes que foram exemplo de Portugalidade, são um elemento de grande valor e inspirador para todos aqueles que aspiram a ter como divisa, o dever de servir a Nação.

O realismo e a moderação levam-nos a admitir que, a condição para a escolha da figura de um ilustre militar para patrono de um curso de entrada na Academia Militar, não recaia só e exclusivamente, nas suas exacerbadas qualidades guerreiras.

João Crisóstomo de Abreu e Sousa, constitui um modelo a seguir nos dias de hoje, pois as suas ideias moldaram o pensar militar e político da sua época e influenciaram decisivamente a evolução do conhecimento da Engenharia.



Figura 1 - Lançamento de ponte de cavaletes sobre barcos no Rio Tejo (exercício em 1888)

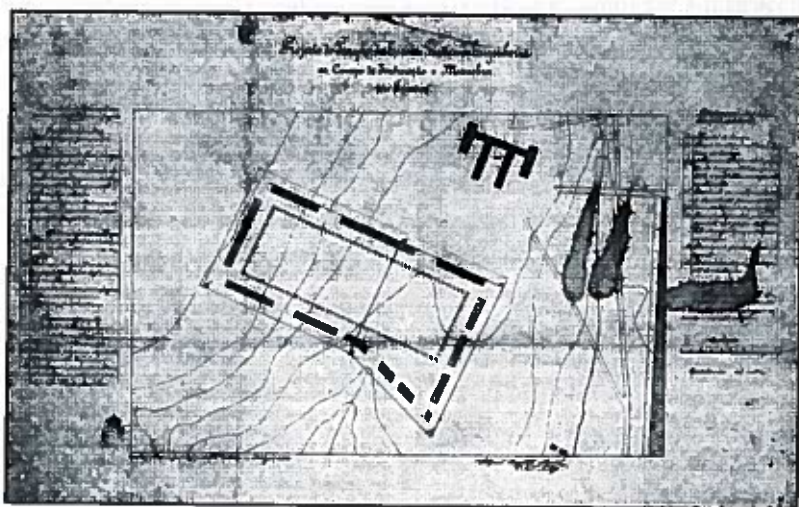


Figura 2 - Projecto do parque da Escola Prática de Engenharia do TCor Eng Miguel Baptista Maciel (1874)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Manuscritas

- *Arquivo Histórico Militar*, 3.ª divisão / 7.ª secção, Caixa 1006 - Processo Individual do General João Crisóstomo de Abreu e Sousa.

### Fontes Impressas

- SOUSA, João Augusto de Abreu e, *notas biográficas do General João Chrysostomo de Abreu e Sousa*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1898;
- VICENTE, Samuel Jorge Calvelas, *João Crisóstomo de Abreu e Sousa na crise interna e Africana*, Tese de mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999;
- *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. I, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa, Rio de Janeiro;
- *Os Generais do Exército Português*, vol. II, tomo II Biblioteca do Exército, Lisboa, 2005;
- Academia Militar, *50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar*, Lisboa, 2004;
- MATOSO, António G., *História de Portugal*;
- WELLS, H.G., *História Universal*, vol. III, Edição "Livros do Brasil" Lisboa;
- ALMEIDA, João Sequeira de, Apontamentos sobre a história da Escola Prática de Engenharia - II, revista "*O Almourol*";
- CLAUSEWITZ, Carl Von, *Da Guerra*;
- TZU, Sun, *A Arte da Guerra*.

### Revistas e Periódicos

- Revista de obras públicas e minas, n.º 313 a 315, *Elogio Histórico do conselheiro de estado João Chrysostomo de Abreu e Sousa*, Imprensa Nacional, 1896;
- Revista de Engenharia Militar, Número Comemorativo do III Centenário da Engenharia Militar, 1947;
- Boletim Informativo da D.A.E, n.º 3, Mai/Jun de 1988;
- Toponímica da Câmara Municipal de Lisboa, Avenida João Crisóstomo.



EXECUÇÃO GRÁFICA  
SEC. ARTES GRÁFICAS/CAVE